

## A FILOSOFIA NUM PLANO DE ESTUDOS NO SÉCULO XVIII

Por Álvaro José dos Penedos

Esta comunicação tem por objecto apresentar com alguns comentários o estudo da Filosofia segundo o *Plano e Regulamentos dos Estudos para a Congregação de S. Bento de Portugal*, publicado em 1789.

Foi seu autor Frei Joaquim de Santa Clara Brandão, monge de S. Bento, originário da cidade do Porto, onde nasceu a 30 de Agosto de 1740. Foi ele não só um dos filhos mais ilustres da cidade do Porto, como também um dos intelectuais proeminentes da segunda metade do século XVIII.

Sem entrarmos agora em detalhes sobre a biografia de Santa Clara Brandão<sup>1</sup>, digamos apenas que foi ele que proferiu o elogio fúnebre do Marquês de Pombal, e por tal motivo desterrado para Tibães em 1782. Como tentaremos mostrar também nesta comunicação, o autor do *Plano* inseriu-se nesse vasto movimento a que se deu o nome de *Luzes* e ao mesmo tempo esteve em consonância com o pensamento do Marquês em matéria de educação.

### I

O século XVIII em Portugal, caracterizou-se pela difusão das *Luzes*, como aliás sucedeu noutros países europeus. Quanto a este assunto, são pertinentes algumas considerações de Coimbra

---

<sup>1</sup> Para indicações biográficas, vide Luís A. de Oliveira Ramos, «Frei Francisco de S. Luís Professor de Matemática» in Revista da Faculdade de Letras do Porto, Cale, Porto, 1966, p. 325 (e respectivas notas).

Martins: «Convém distinguir todavia entre Luzes Joaninas e Pombalinas. As primeiras correspondem a um movimento aristocrático (acção dos Ericeiras) e em parte religioso (acção do Oratório) que tem pelo menos inicialmente a simpatia e, às vezes, o patrocínio do monarca. As Luzes Pombalinas resultam de uma ascensão política e de uma acção governativa despótica que tem por objectivo uma metamorfose racional e pragmática do País... Na fase Joanina o sector mais avançado da aristocracia como que se emburguesa; na fase Pombalina, dados os acessos abertos por um despotismo atemptório das hierarquias estabelecidas, há, pelo contrário, uma burguesia que se afidalga»<sup>2</sup>.

Sob o ponto de vista político, assiste-se por essa altura ao reforço e complexidade do aparelho do Estado, enquanto no campo económico se intensificam as relações comerciais e se implanta uma indústria, embora incipiente. No tempo do Marquês, o grupo social que avança é a burguesia, já que o nivelamento das classes lhe era favorável pela queda da aristocracia e pela diminuição da importância da Igreja.

No sector cultural algo de novo se vai passando. As transformações político-económicas serão acompanhadas por uma secularização da cultura e do ensino, dos quais irão usufruir cada vez em maior número os burgueses em ascensão.

Portugal procurando acompanhar a evolução da Europa, separa-se da influência espanhola, aproximando-se, em contrapartida, de outros países, como a França por exemplo, cuja cultura irá influenciar crescentemente a portuguesa.

Na segunda metade do século XVIII, por um lado pela influência dos chamados estrangeirados, por outro pela difusão dos autores europeus de maior nomeada, Portugal esforça-se para recuperar o tempo perdido. O meu colega Oliveira Ramos, num trabalho recente *Reflexão sobre as Origens do Liberalismo em Portugal*<sup>3</sup> mostrou os meios de difusão das novas ideias que atingiam o escol intelectual português.

Neste brevíssimo esboço sobre as Luzes no nosso país, cite-mos ainda pela sua importância a entrada e o desenvolvimento do método experimental que irá levar à criação de laboratórios e ao incremento de várias ciências como a Medicina, a Astronomia, a Botânica, etc.

Como é óbvio, no movimento de ideias que perpassava pelo nosso país, as doutrinas políticas e filosóficas tinham também o destaque obtido no resto da Europa.

---

<sup>2</sup> A. Coimbra Martins, *Dicionário de História de Portugal* (dirigido por Joel Serrão), volume II, Lisboa, 1965, pp. 836-837.

<sup>3</sup> Luís A. de Oliveira Ramos, «*Reflexão sobre as Origens do Liberalismo em Portugal*» (Alguns Aspectos), Porto, 1978.

É em todo este contexto que surgiu o *Plano* do monge portuense Joaquim de Santa Clara. Ele irá defender para a preparação dos beneditinos o estudo das seguintes disciplinas:

- «1.º — As línguas Hebraica, Grega, e também a Latina, aos que não forem nella bem instruídos;
- 2.º — A Rhetórica, assim a geral, como a particular do Púlpito;
- 3.º — A História, ao menos segundo aquelles ramos, que dizem mais immediato respeito aos fins, a que se dirigem os nossos estudos;
- 4.º — A Filosofia, que é necessária ao Theólogo;
- 5.º — A Theologia tanto a Theorética, como a Prática»<sup>4</sup>.

Como tivemos ocasião de ver, a Filosofia constitui uma das disciplinas do curriculum da congregação e é sobre ela essencialmente que nos vamos debruçar.

Para Frei Joaquim de Santa Clara, «os conhecimentos científicos, que se referem a resultados, procedidos da combinação de meros factos proporcionados ao alcance da nossa razão, fórmão a Filosofia; sciência sempre útil, em algumas circunstâncias necessária a qualquer homem, e em todo o sentido indispensável ao Theólogo, o qual não pode considerar-se em estado de conhecer, persuadir, e defender as verdades sobrenaturaes, emquanto ignora a Natureza»<sup>5</sup>. Desta passagem, podemos salientar dois pontos que consideramos pertinentes:

- 1 — A utilidade da Filosofia;
- 2 — A necessidade do teólogo em conhecer a Natureza, devendo esta ser entendida ao que nos parece como a totalidade do real.

Entremos agora para uma melhor compreensão do Plano, numa breve análise das divisões da Filosofia.

A primeira constitui a Filosofia Racional, a qual se subdivide em Lógica, Ontologia e Matemática Pura.

A Lógica tem por objecto apresentar as regras para evitar os erros da razão e por outro lado estuda o modo como se

---

<sup>4</sup> *Plano*, p. 3.

<sup>5</sup> *Plano*, p. 2.

adquirem as ideias e como estas se combinam entre si. Embora o autor não seja muito explícito quanto a este domínio, poder-se-á todavia adiantar com uma certa segurança que não se trata de lógica tradicional, mas sobretudo uma arte de demonstrar e conjecturar.

A Ontologia estuda «os Princípios, e Verdades commuas a todos os ramos da Filosofia, a todas as sciências, e ainda mesmo a todas as matérias, àcerca das quaes pode versar o discurso humano»... «Desterrando della, é o objectivo do autor, para sempre as quiméricas subtilezas, que a ignorância ociosa tinha inventado, e que por muitos séculos servirão de estorvo aos progressos da sã Filosofia»<sup>6</sup>.

Embora segundo Santa Clara Brandão a Ontologia possa ser considerada como a continuação da Lógica, o que é certo é que ela ocupa pelo seu conteúdo o cerne da própria Filosofia. De facto é a Ontologia que apresenta os fundamentos de todo o real, é ela que vai cobrir enfim todo o discurso filosófico. A última parte da citação, leva-nos por outro lado a verificar o distanciamento do Plano em relação à chamada Filosofia Escolástica, estando essencialmente em consonância com o que se denominava por Filosofia Moderna.

A Matemática Pura consiste na «sciência das combinações da Quantidade»<sup>7</sup>. Constitui a quantidade uma das ideias abstractas pertencentes à Ontologia, sendo essa mesma quantidade «a propriedade mais geral dos corpos, sem a qual nenhuma outra propriedade se pode suppôr nelles»<sup>8</sup>. A Matemática Pura divide-se por sua vez em três disciplinas: a Aritmética, a Geometria e a Algebra. Acrescentemos apenas que os estudos da Matemática na congregação atingiram um alto nível.

A segunda parte da Filosofia constitui a chamada Filosofia Natural. O seu primeiro domínio é a Física dos Corpos, ou seja o estudo da natureza corpórea ou sensível. A Física dos Corpos vai incidir sobre propriedades comuns dos objectos físicos através das perspectivas da observação e da experiência.

A Filosofia Natural vai descendo, por assim dizer, do mais geral para o particular (Física dos Corpos Particular), procurando agrupar os diversos entes em classes, procurando desta forma as características que unem os indivíduos ou entes em grupos ou classes.

Por uma questão de brevidade, não podemos detalhar como seria desejável aliás, a Física dos Corpos, mas não poderemos deixar de sublinhar o papel relevante do estudo do homem nesta parte da Filosofia Natural. Vamos dar de novo a palavra ao autor «Entre todas as espécies pertencentes ao Reino Animal

---

<sup>6</sup> *Plano*, p. 13.

<sup>7</sup> *Plano*, p. 37.

<sup>8</sup> *Plano*, p. 14.

a Humana hé a mais nobre, e a mais digna da consideração do Filósofo; e como tal merece occupar na Fysica hum lugar distincto de todas as mais especies. Pelo que, principiando pela parte animal do Homem, se dará: 1.º Huma abbreviada noticia anatomica das partes mais notaveis, que compõem a máquina do seu corpo; e com mais especialidade das que concorrem para as funções vitaes: 2.º Se fará huma descripção summaria de cada hum dos órgãos sensorios, e de todas as partes principaes, que contribuem para as operações sensuaes, &c. 3.º Se exporá tambem em compendio a doutrina dos temperamentos, quanto baste, para dar a conhecer a sua influéncia nos costumes»<sup>9</sup>. Esta citação e o que acabamos de expôr sobre a Física dos Corpos parece-nos ser demonstrativo do interesse pela experimentação e pelo papel importante dado ao estudo do corpo humano demonstrativo de um novo tipo de Antropologia em que o homem não é apenas encarado através da sua componente espiritual.

A Filosofia Natural subdivide-se ainda no *Plano*, na Física dos Espíritos, ou seja a área que tem como objecto as substâncias incorpóreas ou não sensíveis. Nesta Física são estudadas as propriedades de Deus assim como as da alma do homem.

Pode parecer estranho que a Física dos Espíritos que corresponde usualmente ao que designamos por Metafísica apareça no *Plano* incluída na Filosofia Natural. Com toda a probabilidade, Santa Clara Brandão desejava mostrar que tanto os entes sensíveis como os espirituais, deveriam ser encarados, estudados com o máximo de rigor, usando como instrumento de investigação a razão humana.

A terceira divisão da Filosofia a que brevemente nos vamos referir, é a Filosofia Moral. O seu campo é o Sumo Bem e o modo do homem o atingir. A moral procura indicar o caminho para a felicidade, assim como os deveres do homem em relação a Deus e em relação aos outros e a si próprio.

Depois desta breve análise, façamos algumas considerações para conclusão deste trabalho.

### III

Do que expusemos até aqui poderemos concluir que o *Plano* de Frei Joaquim de Santa Clara se insere no movimento das Luzes em geral e em particular na reforma da Universidade de Coimbra de 1772. Quanto ao primeiro ponto, para além do que

---

<sup>9</sup> *Plano*, pp. 17-18.

já dissemos há uma passagem quanto a nós conclusiva, quando o autor do *Plano* falando dos compêndios para as disciplinas teológicas, ao apontar as suas características não se coíbe de dizer que devem conter «a exposição das verdades pragmáticas ordenadas pelo método Demonstrativo com inteira exclusão do método chamado Escolástico»<sup>10</sup>. Embora se trate aqui da teologia, não deixa de ser de forma alguma pertinente a firmeza que não deixa qualquer sombra para dúvidas da condenação radical da escolástica que tinha vigorado nas escolas portuguesas.

Se a reforma pombalina da Universidade em 1772 se deve inserir também no movimento geral das Luzes, o que é certo é que Frei Joaquim de Santa Clara segue de perto os estatutos promulgados nesse ano. Neles se poderá ler o seguinte: «Portanto constará o curso filosófico de seis disciplinas principais a saber: Lógica, Metafísica, Ética, História Natural, Física Experimental e Química. Cujas lições se farão sempre pelos melhores autores que tiveram escrito sobre elas de um modo elementar, e abreviado, mas de sorte que sejam cheios de doutrina»<sup>11</sup>. Dos mesmos estatutos, extraímos ainda a seguinte passagem: «Declaro e ordeno, que nenhum autor, nacional ou estrangeiro, seja fixamente adoptado para as lições de Medicina, mas que se tenha sempre provisionalmente o que fora aprovado para o dito fim das lições enquanto não aparecer outro na mesma matéria que se julgue mais perfeito, e mais útil ao bom aproveitamento dos estudos. Disposição, que em geral se entenderá a respeito de todas as outras faculdades»<sup>12</sup>. Na primeira passagem dos estatutos da Universidade ressalta um paralelismo notório entre o curriculum do curso filosófico e aquele exposto no *Plano*. Na segunda passagem a ênfase é posta nas obras que devem ser adoptadas para as Faculdades.

Ora o *Plano* diz que «para as lições da Lógica, Ontologia, Fysica Geral e Particular, História Natural, Pneumatologia, e Ética se adoptarão provisionalmente os Compêndios, que forem approvados para uso das Aulas destas disciplinas na Universidade de Coimbra; com tanto que conste com certeza ter sido feita esta approvação conforme todas as sábias providências, que Sua Majestade declara no Livro III Part. III Titul. II Cap. II n.º 7, e mais expressamente no mesmo Liv. III Part. II Cap. II n.º 12, e seguintes dos Estatutos da mesma Universidade»<sup>13</sup>. Esta passagem parece-nos não deixar margem para dúvidas à consideração que Frei Joaquim de Santa Clara teve pela Reforma Pombalina. Daí o compreender-se agora, assim o esperamos, o sentido do elogio fúnebre que proferiu aquando da morte de

---

<sup>10</sup> *Plano*, p. 45.

<sup>11</sup> Estatutos da Universidade, L. III, P. III, T. II, Cap. II.

<sup>12</sup> L. III, P. I, T. II, Cap. II.

<sup>13</sup> *Plano*, p. 44.

Pombal o que lhe valeu como vimos um desterro temporário. Por fim queremos ainda fazer uma consideração sobre um tema sempre polémico quanto à Cultura Portuguesa do século XVIII: o atraso da nossa cultura em relação à das outras nações europeias.

No que toca especialmente à Filosofia, já que é esta que nos interessa essencialmente nesta comunicação, citaremos as palavras de Lopes Praça na sua *História da Filosofia em Portugal*, publicada em 1868. Depois do historiador analisar algumas opiniões sobre o aparecimento da Filosofia Moderna em Portugal, diz o seguinte: «Deduz-se do exposto que, desde o meado do século XVIII a Filosofia Moderna se começou a introduzir nas nossas escolas. Não sucederia o mesmo ou quase o mesmo, nas restantes Nações da Europa ainda as mais cultas? Indubitavelmente»<sup>14</sup>.

A opinião de Lopes Praça é correcta embora seja certo que a criação filosófica como a científica foi pobre no Portugal de então, o que é certo também é que as novas ideias não só tardiamente entraram nas instituições universitárias de Portugal como dos restantes países da Europa. É que segundo pensamos, existe sempre uma «décalage» entre a cultura e a sua absorção, nas instituições do Estado. Por outras palavras, existe sempre um lapso de tempo mais ou menos longo entre a irrupção das novas teorias e o acolhimento que elas vão ter na instituição universitária. O século XVIII em Portugal é um exemplo claro do que acabámos de dizer.

---

<sup>14</sup> Lopes Praça, «História da Filosofia em Portugal», Lisboa, 1974, p. 268.

